









Contribuições e desafios de políticas voltadas às mulheres rurais para sua produção, renda, organização e autonomia

2025







FICHA TÉCNICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDÊNCIA

Geraldo Alckmin

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

MINISTRO

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

DIRETOR DE AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO, ESTUDOS E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS (DAMEI)

Ernesto Pereira Galindo

EQUIPE DAMEI

Agmerson Bruno Brito da Silva; Bernardo de Araújo Moraes Trovão; Camila Alves Rodrigues; Fábio Ribeiro de Souza; Fernanda da Silva Araújo; Iorrana Lisboa Camboim; Letícia Koeppel Mendonça; Lucinete do Nascimento Sousa; Marcelo Cabreira Bastos; Maurício Polidoro; Rafael Rosa Cedro

INSTITUTO VEREDAS

DIRETORA EXECUTIVA

Ingrid Abdala

EQUIPE VEREDAS

Bethânia Suano; Danilo Castro; Gabriela Benatti; Ingrid Gomes Abdala; Marcel Henrique de Carvalho

PUBLICAÇÃO

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Iorrana Lisboa Camboim (DAMEI/SE/MDA)

AUTORIA

Gabriela Solidario de Souza Benatti (VEREDAS) Leonardo Figueiredo (VEREDAS)

SUPERVISÃO

Laura dos Santos Boeira (VEREDAS)

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO

Danilo Castro (VEREDAS)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Lins

Demandante

Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas (DAMEI) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Período de investigação

3 dias, em março de 2025

Metodologia aplicada

Revisão exploratória rápida: documentos técnicos de organizações do terceiro setor e artigos científicos.

Citação sugerida

BENATTI, G.S.S.; BOEIRA, L.S. FIGUEIREDO, L. Respostas Rápidas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Contribuições e desafios de políticas voltadas às mulheres rurais para sua produção, renda, organização e autonomia, 2025.

Fotos

Banco de Imagens MDA

Creative Commons

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o site no qual pode ser encontrado o original: www.veredas.org e www.gov.br/mda

Número do ISBN: 978-65-89059-41-7

Título: Respostas Rápidas¹ para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Contribuições e desafios de políticas voltadas às mulheres rurais para sua produção, renda, organização e autonomia, 2025

Formato: Livro Digital
Veiculação: Digital

l **Resposta Rápida (RR)** é uma estratégia metodológica do campo das Políticas Informadas por Evidências (PIE) para encontrar caminhos e soluções com celeridade a um problema ou desafio social apresentado pela gestão pública, academia ou sociedade civil.



□ Apresentação

Esta publicação integra uma coleção de 15 Respostas Rápidas elaboradas pelo Instituto Veredas para apoiar o Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Damei/MDA). O objetivo central desta iniciativa é contribuir para a implementação de uma Unidade de Evidências no ministério, que deve proporcionar o aprimoramento da gestão pública, fortalecendo a formulação e implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento agrário e à agricultura familiar.

A carta acordo que sustenta este trabalho visa a organização e disseminação de dados científicos relevantes e a ampliação da capacidade de servidoras(es) e gestoras(es) para lidar com as diferentes etapas do ciclo de políticas públicas. O conjunto de Respostas Rápidas desta coleção sintetiza em prazos curtos – de 1, 3 ou 10 dias – informações técnico-científicas relevantes para responder a desafios apresentados ao longo dos anos de 2024 e 2025.

As evidências encontradas cobrem temas estratégicos definidos em oficinas com as secretarias do MDA, além de outros selecionados pelo próprio Damei/MDA. Cada tema e pergunta foram validados previamente, garantindo a relevância e a aderência às prioridades institucionais. Essa metodologia, própria do campo das Políticas Informadas por Evidências (PIE), busca oferecer soluções ágeis e fundamentadas, combinando rigor científico com a necessidade de respostas ágeis para a gestão.

A entrega para o MDA contempla, ainda, um mapeamento estratégico de agentes-chave internos e externos ao ministério. Por meio de oficinas virtuais, foram identificados índices de interesse e influência desses agentes, de modo a favorecer a integração e o engajamento dos principais usuários da futura Unidade de Evidências. Essa etapa foi essencial para assegurar que os produtos gerados dialoguem com a realidade das secretarias e ampliem o impacto institucional das ações desenvolvidas.

Com este trabalho, o MDA avança na construção de uma gestão mais inovadora, participativa e informada por evidências.

Desejamos uma boa leitura!



Contribuições e desafios de políticas voltadas às mulheres rurais para sua produção, renda, organização e autonomia

Pergunta

Qual o efeito do Pronaf, do PAA e dos quintais produtivos na produção, na renda, na organização e na autonomia das mulheres rurais e quais as barreiras para acessar essas políticas?

Sumário dos achados

Foram selecionados 13 estudos para esta Revisão Rápida, focados nos efeitos de algumas políticas na renda, organização e autonomia das mulheres rurais, bem como nas barreiras para o acesso a essas políticas. A literatura selecionada destacou que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os quintais produtivos, têm importância para a produção e para o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, mas ainda existem desafios importantes relacionados ao acesso e à promoção da autonomia feminina. Ainda que exista uma lacuna sobre avaliações de impacto ao longo do tempo e com uma amostra significativa no país, o acesso ao PAA e aos quintais produtivos parecem apresentar efeitos mais significativos sobre a produção, renda, organização e autonomia das mulheres do que o Pronaf Mulher. Os parágrafos a seguir buscam responder à perqunta a partir de uma síntese dos conteúdos dos estudos selecionados.

A literatura selecionada indica que o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem proporcionado às mulheres rurais uma maior inserção econômica ao facilitar investimentos produtivos. O Pronaf Mulher busca atender às especificidades desse público, permitindo investimentos na produção e na compra de insumos e equipamentos. Essa linha de crédito específica apresentou um impacto positivo na inserção das mulheres no sistema financeiro, permitindo que algumas tivessem, pela primeira vez, contato com agências bancárias e contas bancárias próprias. Em alguns casos, isso gerou um sentimento de valorização e reconhecimento, fortalecendo a autoestima das agricultoras (Spanevello, Matte, Boscandin, 2016). Os estudos selecionados indi-

caram que as agricultoras têm aplicado recursos principalmente em atividades tradicionais, como no cultivo de café e pimenta-do-reino, além da aquisição de equipamentos para produção leiteira, compra de maquinários agrícolas e investimentos em pequenas agroindústrias (Silva, Ponciano, Souza, 2021; Spanevello, Matte, Boscandin, 2016). Apesar disso, muitas decisões sobre a aplicação desses recursos ainda permanecem nas mãos dos homens, indicando que o acesso financeiro, por si só, não garante autonomia feminina plena.

Contudo, a inserção econômica é limitada e a falta de autonomia na gestão dos recursos limita os benefícios do acesso ao crédito para as mulheres. Pesquisa realizada com 55 mulheres beneficiárias do Pronaf Mulher no estado do Espírito Santo indicou que 52,7% delas não participaram da gestão dos recursos financeiros obtidos pela linha de crédito (Silva, Ponciano, Souza, 2021). Os valores foram frequentemente administrados por figuras masculinas da família, como maridos, pais, filhos ou irmãos. Somente as mulheres sem companheiro e que não sofriam influência masculina em suas decisões puderam se envolver completamente no processo e gerir os recursos a partir de suas próprias decisões. Em muitos casos no país o Pronaf Mulher tem sido utilizado como meio para acessar mais crédito para as propriedades, quando os homens da família já esgotaram sua capacidade de crédito. Nesses contextos, a decisão final sobre os investimentos permanecem majoritariamente nas mãos dos homens (Spanevello, Matte, Boscandin, 2016). Para de fato conseguirem autonomia sobre a própria renda, muitas mulheres rurais tendem a ingressar em atividades não agrícolas, de forma a não concorrer com os homens nas atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades produtivas (Silva, Ponciano, Souza, 2021). Nesse sentido, essa linha de crédito ainda não conseguiu alterar significativamente as desigualdades de gênero e relações de poder dentro das famílias rurais. A gestão da propriedade e a tomada de decisões continuam sendo dominadas pelos homens, e o acesso ao crédito por mulheres não tem garantido, necessariamente, maior autonomia sobre os investimentos e a produção.

A fragilidade da autonomia de muitas mulheres rurais é reforçada pela baixa participação em espaços públicos e sociais. A dimensão social do empoderamento pode ser ainda mais frágil do que a econômica. Fatores como dupla ou tripla jornada de trabalho, a falta se apoio no cuidado com os filhos e a não aceitação por parte dos companheiros dificultam a participação feminina em grupos sociais e cooperativas (Silva, Ponciano, Souza, 2021). Esses fatores, ligados à divisão sexual do trabalho e às desigualdades de gênero, limitam o desenvolvimento do capital social e político de muitas mulheres rurais. Nesse sentido, políticas públicas como o Pronaf ainda têm um longo caminho para fortalecer a dimensão social do empoderamento feminino. A adoção de práticas de pedagogia feminista pode contribuir para a inclusão social e política das mulheres nas organizações já existentes, bem como na formação de organizações específicas, visando à tomada de consciência de gênero e dando visibilidade e poder de agência às mulheres rurais (Mello, 2017).

A subutilização do crédito da linha Pronaf Mulher ainda é um obstáculo relevante, em grande parte devido a desafios tais como as desigualdades de gênero, a falta de informação e assistência técnica e a burocracia associada à obtenção do financiamento. A necessidade frequente de aprovação masculina para acessar o crédito evidencia um limite importante para o acesso ao crédito pelas mulheres. Além disso, muitas vezes o trabalho das mulheres na produção é voltado para o autoconsumo e invisibilizado devido à baixa ou inexistente geração de ganhos econômicos. Tendo seu trabalho invisibilizado, muitas vezes as mulheres também se sentem inseguras em tomar decisões devido a processos de exclusão e questionamentos familiares sobre o conhecimento de técnicas produtivas e gerenciais. A assistência técnica insuficiente, frequentemente centrada na figura masculina, agrava a situação, já que raramente adota práticas participativas e coletivas capazes de problematizar e transformar as desigualdades de gênero. Muitas mulheres rurais também enfrentam dificuldades burocráticas, como a falta de documentos pessoais básicos ou do título de propriedade da terra. O receio em contrair dívidas e o risco de inadimplência também são desafios que limitam significativamente a busca pelo crédito pelas mulheres. Para além disso, a pouca divulgação do Pronaf e de outras políticas públicas rurais geram desinformação e dificultam o acesso feminino ao crédito. Esta é uma política importante que deve ser reorientada na perspectiva de superação das desigualdades de gênero (Silva, Ponciano, Souza, 2021; Spanevello, Matte, Boscandin, 2016; Filipak, Sapiensa, Aleixo, 2012; Mello, 2017; Brasil, 2005).

A inserção das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) parece ter promovido resultados mais significativos. Por meio do programa, as mu-Iheres puderam avançar em sua autonomia econômica, conquistar novos espaços de produção e se inserir em novas técnicas agrícolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve resultados semelhantes para as mulheres. Desse modo, PAA e PNAE permitiram que as mulheres pudessem ter acesso a mercados estáveis para escoar seus produtos. O acesso a esses programas eliminou a dependência de atravessadores, que pagavam preços baixos pelos produtos. A segurança de venda incentivou o aumento da produção de alimentos e a introdução de práticas agroecológicas que agregam valor aos produtos, como a produção de polpas de frutas, bolos e tapiocas. Antes dessa inserção, muitas mulheres dependiam exclusivamente de programas sociais como o Bolsa Família ou da renda sazonal obtida com produtos para acessarem alguma fonte de renda. Os pagamentos pontuais proporcionados por esses programas possibilitaram investimentos contínuos na produção e na melhoria da infraestrutura produtiva. Nesse sentido, resultados importantes de emancipação econômica foram gerados (Santana, Lima, 2018).

Políticas públicas como o PAA e o PNAE, que estimulam a inclusão produtiva, contribuíram também para o fortalecimento da organização social das mulheres. A participação nos programas incentivou a formação e o fortalecimento de grupos, do associativismo e do cooperativismo, ampliando o acesso a mercados ins-

titucionais e garantindo a venda de produtos em maior escala. Essas redes possibilitam também o compartilhamento de conhecimentos, a articulação política e a conquista de novos espaços de decisão (Santos, 2019). Observou-se que os grupos de mulheres se caracterizavam por uma gestão baseada nas relações de proximidade e a participação coletiva na gestão refletia os tipos de empreendimentos: informais e pequenos (Siliprandi, Cintrão, 2011). No assentamento Lagoa do Serrote II (Ocara-CE) o acesso aos programas impulsionou a criação do Grupo Mulheres em Ação, formado por agricultoras que acessam coletivamente o PAA e o PNAE. A organização coletiva também possibilitou a criação de um Fundo Rotativo Solidário, que viabilizou a compra de equipamentos e facilitou a estruturação da produção (Santana, Lima, 2018).

Ainda que com avanços, o acesso ao PAA enfrenta barreiras estruturais, relacionadas às desigualdades de gênero. Entre os principais desafios, a literatura selecionada destaca as dinâmicas familiares, onde frequentemente prevalece uma relação dominante masculina, limitando a autonomia feminina nas decisões. O excesso de trabalho doméstico somado à ausência de infraestrutura adequada e assistência técnica contínua também são fatores que desestimulam a participação e limitam a capacidade produtiva das agricultoras. Em termos da estrutura do programa, muitas agricultoras não conseguem cumprir com as exigências administrativas e técnicas, como a obrigatoriedade de formalização em cooperativas ou adequação a normas sanitárias, especialmente para produtos processados. Além disso, os valores de compra estabelecidos pelo programa têm sido considerados insuficientes para garantir a sustentabilidade das atividades agrícolas ao longo do tempo, particularmente em contextos de condições climáticas adversas, como seca prolongada e dificuldades no acesso à água para irrigação (Santana, Lima, 2018; Santos, 2019; Siliprandi, Cintrão, 2011).

Os quintais produtivos têm apresentado efeitos significativos para a autonomia feminina. Por serem gerenciados principalmente por mulheres, essas pequenas unidades produtivas permitem maior controle sobre a renda gerada, reduzindo a dependência financeira de maridos e outros familiares homens. Por meio desses espaços, as agricultoras organizam a produção de alimentos variados, incluindo hortaliças, frutas, plantas medicinais e pequenos animais, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e nutricional das famílias. A renda obtida através da comercialização em feiras e programas institucionais, como o PAA e o PNAE, permitiu investimentos contínuos nas propriedades e melhorias nas condições de vida. Além disso, a introdução de tecnologias apropriadas, como a construção de cisternas, permitiu ampliar a produção, reduzir a sobrecarga de trabalho e garantir maior autonomia das mulheres no manejo dos quintais produtivos (Jesus et al., 2021; Brito, 2020).

Os quintais produtivos contribuem para o reconhecimento das mulheres como sujeitos produtivos e políticos. A participação em processos formativos e na tomada de decisões sobre a produção e comercialização dos produtos fortalece a independência feminina (Santos, 2020). A agroecologia tem sido fundamental para a

valorização das atividades tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres e para a participação delas em feiras e mercados, onde obtêm remuneração própria por seu trabalho. Assim, as mulheres têm papel ativo na transição para a agroecologia, onde sua participação em discussões públicas e espaços sociais é incentivada pelos movimentos de mulheres rurais, quebrando a tradicional centralização do homem na gestão produtiva. Os quintais produtivos são espaços que podem viabilizar a transição agroecológica, promovendo a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Ao participarem de redes de certificação orgânica e associações produtivas, por exemplo, as mulheres conquistam maior autonomia em relação ao mercado e ao gerenciamento da produção. A participação das mulheres na produção agroecológica e nos espaços organizativos desafia a lógica patriarcal tradicional, promovendo um novo modelo de sociabilidade rural, onde a mulher não apenas trabalha, mas também decide e gere suas próprias iniciativas (Leal et al., 2020). Desse modo, os quintais produtivos representam um espaço de construção da autonomia das mulheres em múltiplas dimensões, desde a econômica até a política. No quadro abaixo está sintetizada a experiência das Cadernetas Agroecológicas nos quintais produtivos.

Quadro 1: Cadernetas Agroecológicas nos quintais produtivos

A partir de uma situação de subordinação e invisibilidade do trabalho das mulheres, a equipe do Programa Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), juntamente com as agricultoras da região, uma rede de organizações do campo agroecológico e feminista e o GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criou as Cadernetas Agroecológicas. Em um primeiro momento, as cadernetas seriam instrumentos de formação que pudessem registrar e dar visibilidade ao trabalho que as mulheres realizavam nos quintais produtivos. Posteriormente, se tornaram instrumentos político-pedagógico para o debate sobre gênero no campo a partir de uma visão feminista das condições de vida das agricultoras.

Entre março de 2017 e fevereiro de 2018, na região Nordeste, 111 mulheres registraram cerca de 22.700 produtos, resultando em R\$163.200,00 em consumo próprio e R\$251.500,00 em vendas. Nessa região, 49% dos produtos foram destinados para consumo próprio, 21% para troca, 27% para venda e 3% para doação. Desse modo, além do impacto econômico, as cadernetas geraram reconhecimento familiar e comunitário, fortalecendo a autoestima das mulheres, estimulando sua participação política e social, e redefinindo suas relações dentro e fora de casa.

É destacada a dimensão e a importância da troca que existe nos quintais produtivos, o reconhecimento desses espaços como "espaço de liberdade" e do reconhecimento das mulheres omo construtoras do conhecimento do saber-fazer agroecológico. Os quintais produtivos também foram associados a um maior envolvimento das juventudes rurais com as atividades no campo.



- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cirandas do Pronaf para mulheres. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudosagrarios/nead-debate-1/14-cirandas-do-pronaf-para-mulheres.pdf
- 2. BRITO, Carolina Azevedo de. Mulheres rurais e seus quintais produtivos: empoderamento feminino, sustentabilidade e segurança alimentar. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental de Municípios) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Princesa Isabel, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1607
- 3. FILIPAK, Alexandra; SAPIENSA, Larissa; ALEIXO, Sany Spínola. A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: um estudo de caso do Pronaf-Mulher. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2012, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373460399_ARQUIVO_FazendoGenero10AlexandraFilipak2.pdf
- 4. JESUS, Cleidineide Pereira de; SANTOS, Deborah Murielle; SEIBERT, Iridiani Graciele; CALAÇA, Michela. Quintais produtivos: o olhar feminista transformando "pequenos" espaços em grandes experiências agroecológicas. Cadernos de Agroecologia, v. 16, n. 1, 2021.
- 5. LEAL, Larissa Sapiensa Galvão; FILIPAK, Alexandra; DUVAL, Henrique Carmona; FERRAZ, José Maria Gusman; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 31-54, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9076/7252
- 6. MELLO, Myriam Marta Soares de. Avaliação das mulheres agricultoras sobre os efeitos do PRONAF nas suas condições de vida. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/9d98868f-4467-4c4e-b27c-106ed8ca9a74/content
- 7. OLIVEIRA, Jannah; SILVA, Luana; FREITAS, Karine Pereira; SILVA, Luiza Carolina; SILVA, Mylena R. S.; JALIL, Laeticia. Mulheres rurais e quintais produtivos: novos sentidos sobre a produção e reprodução da vida. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, 2020. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org. br/cadernos/article/view/5590/3230

- 8. SANTANA, Luiz Sérgio Lopes; LIMA, Filipe Augusto Xavier. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 7, n. 1, p. 311-336, jan.-jun. 2018. Disponível em: https://beta.periodicos.ufv.br/rever/article/view/3352/1613
- 9. SANTOS, Ádria Oliveira dos. Cultivando política pública, colhendo autonomia: análise da participação das mulheres agricultoras da Região Metropolitana de Santarém-PA no Programa Aquisição de Alimentos PAA. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Santarém. Disponível em: https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2019/8316e8cb7dc675467e39846f2lece8a9.pdf
- 10. SANTOS, Graciete; SILVA, Tatiane. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, 2020. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org. br/cadernos/article/view/5711/3224
- 11. SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/17-autonomia-e-cidadania-politicas-de-organizacao-produtiva-para-as-mulheres-no-meio-rural.pdf
- 12. SILVA, Alessandra Maria da; PONCIANO, Niraldo José; SOUZA, Paulo Marcelo de. PRONAF e empoderamento das mulheres rurais: uma análise das dimensões econômica, social e política. Revista Grifos Unochapecó, v. 30, n. 51, 2021. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5531/3153
- 13. SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Polis, v. 44, 2016. Disponível em: https://journals.openedition.org/polis/11963.

